



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE
PARLAMENTO NACIONAL
CENTRO DE ESTUDOS DE GÉNERO (CEG)
GRUPO DAS MULHERES PARLAMENTARES DE TIMOR LESTE (GMPTL)

TIMOR LESTE

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DO PLANO DE ACÇÃO TIMOR LESTE

REDE DE MULHERES DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA CPLP

2010 -2011

Introdução

De acordo com o plano de acção da rede de mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP referente ao período 2010-2011, Timor Leste cumpriu as seguintes actividades :

1. Desenvolvimento de medidas legais tendentes a adopção de estratégias no combate a mortalidade materno-infantil a promoção da saúde reprodutiva.
2. Formação das deputadas nas áreas de : legislação, liderança e poder político, cidadania e género, violência domestica.
3. Tomar medidas legais de acordo com a Convenção de Quioto e incentivar os Governos dos Países-Membros a adoptar medidas com vista a reflorestação.
4. Promover acções de alfabetização e formação para melhorar a capacitação das mulheres.

1. Saúde reprodutiva

A saúde reprodutiva, o planeamento familiar e a educação sexual tornaram-se assunto de preocupação para os timorenses por várias razões:

- i) alta taxa de mortalidade materno-infantil, 660 em cada 100 000 nados-vivos e de 42 em 1000, respectivamente;
- ii) rápido crescimento populacional, estimado em cerca de 3,4%;
- iii) alta taxa de fertilidade em que cada mulher tem cerca de 5.7 filhos na idade reprodutiva e
- iv) alta taxa de gravidez na adolescência que é a segunda mais alta da Ásia, 51 em 1000.

Para sublinhar estes assuntos numa perspectiva de género, o Grupo das Mulheres Parlamentares iniciou a organização de uma conferência nacional que se realizou de 11 a 13 de Julho de 2010 e consultas regionais sobre saúde reprodutiva, planeamento familiar e educação sexual. Os membros do staff do GRC disponibilizaram apoio de secretariado a esta iniciativa do GMPTL.

Para garantir que as pessoas que vivem nos distritos são envolvidas neste processo, o GMPTL decidiu organizar consultas regionais em 7 distritos com o apoio do GRC, os ministérios da área e algumas ONG's. As consultas regionais tiveram lugar de Março a Julho de 2010.

De acordo com os resultados obtidos nas conferências, os participantes recomendaram ao Governo e à Sociedade Civil, incluindo a Igreja, que dissemine a informação (através da educação cívica, por exemplo) sobre os programas de planeamento familiar, usando métodos contraceptivos naturais e artificiais, sobre saúde reprodutiva, explicando as consequências boas e más dos métodos anticoncepcionais. Acrescentaram também que os homens devem ser incluídos no planeamento familiar, na saúde reprodutiva e nos programas de educação sexual. Outra recomendação surgiu no sentido de incluir a educação sexual no curriculum escolar tanto nas escolas pré-secundárias como nas secundárias.

Os problemas identificados durante as consultas regionais foram essencialmente a falta de serviços, falta de profissionais de saúde, falta de transportes e de infraestruturas, assim como a falta de educação e informação sobre a saúde reprodutiva. Esta foi a base da discussão durante a Conferência Nacional que decorreu em Díli, em Julho. A conferência debruçou-se sobre as iniciativas em curso em Timor-Leste e sobre a opinião de peritos internacionais sobre o que mais poderá ser feito para melhorar a saúde reprodutiva em Timor-Leste.

Declaração sobre Acção Afirmativa:

Os delegados da Conferência Nacional concordaram que é preciso ter uma acção afirmativa para conseguir atingir a sua VISÃO:

- Nenhuma mãe timorense morrerá desnecessariamente por estar grávida ou por dar à luz;
- Nenhum bebé timorense morrerá desnecessariamente, durante e após o parto;
- Nenhuma jovem mulher timorense perderá o seu lugar na escola por causa de uma gravidez não planeada, e
- Todos os timorenses, homens, mulheres e jovens, devem ter acesso a informações correctas e completas bem como a serviços de qualidade para garantir os seus direitos sexuais e de saúde materno-infantil.

Para tornar esta visão numa realidade, o Governo, o Parlamento, as ONG's, a sociedade civil, as autoridades dos distritos, os chefes de suco, as comunidades e as famílias têm de trabalhar em conjunto para garantir que os programas de saúde reprodutiva estão acessíveis a todos e são usados por todos os cidadãos timorenses. Para atingir esta realidade nas áreas da Saúde Reprodutiva, Planeamento Familiar e Educação Sexual é preciso desenvolver as seguintes acções:

Saúde Materna: tolerância zero para a morte de mães

A morte das mães pode ser reduzida de forma substancial com o acesso total aos cuidados relacionados com a gravidez e com o parto e ao acesso ao planeamento familiar.

- É preciso concentrar a atenção em todos os cuidados, desde a adolescência, incluindo ao nível da nutrição na adolescência e na maternidade;
- Todas as mulheres têm de ter acesso a cuidados de qualidade, antes, durante e depois do parto, incluindo a cuidados de emergência obstétrica;
- O Sistema Integrado de Saúde Comunitária (SISCa) tem de ser reforçado para poder incluir consultas domésticas para que a educação, o cuidado e o acompanhamento possam ser feitos ao nível das comunidades.

Planeamento familiar: compreender que o planeamento familiar salva a vida de mães e crianças.

Os estudos feitos mostram que as taxas mais altas de sobrevivência de mães e crianças estão relacionadas com o espaçamento entre partos, particularmente depois de 3 anos.

- Informação completa, sobre vantagens e desvantagens do planeamento familiar, deve estar à disposição de todos os indivíduos e famílias.
- Todos os métodos de planeamento familiar e serviços de apoio devem ser acessíveis a todos.
- Os benefícios do espaçamento entre filhos, também os económicos, sociais e ao nível da saúde têm de ser promovidos ao nível da comunidade.

Educação sexual para jovens homens e mulheres:

O conhecimento adequado às idades e a educação em relação à saúde reprodutiva permite à juventude tomar decisões seguras e informadas relacionadas com a gravidez e a saúde reprodutiva.

- A educação sexual adequada às idades deve ser incluída nos currículos escolares, tendo em conta áreas como a anatomia, a fisiologia, a sexualidade e a saúde reprodutiva.
- Os programas de saúde reprodutiva e sexual devem ser integrados nas formas tradicionais de educação em programas de educação formais ou informais.
- Serviços e informação devem ser oferecidos à juventude de forma amigável.
- Os representantes dos jovens no suco devem ser treinados de forma a poderem ajudar em serviços de saúde reprodutiva específicos para a juventude, para os quais serão pagos.
- Deve ser dado apoio às mães adolescentes e às grávidas estudantes para completarem os seus estudos durante ou depois da gravidez.

Em todas estas áreas, o Governo precisa de actualizar as suas políticas de planeamento familiar para obter melhores práticas e resultados baseados nas intervenções feitas em todas as áreas cobertas pela Conferência.

Recomendações ao Governo:

Ministério da Saúde

- Aumentar a quantidade de formação para as parteiras, bem como o número de parteiras e de pessoal da área da saúde;
- Melhorar os serviços saúde materna e pediátrica (MNCH) nos centros de saúde com a renovação e a reparação de clínicas e hospitais e o aumento de maternidades;
- Reforçar a implementação e monitorização dos programas dos SISCa com controlos periódicos para que efectivamente os serviços cheguem às pessoas;
- O Serviço de Psiquiatria tem de estabelecer centros de aconselhamento para questões de saúde mental ao nível dos distritos;
- Melhorar as condições de trabalho do pessoal da área da saúde;
- Continuar a desenvolver e a expandir os programas de saúde materna e reprodutiva, a nutrição e o planeamento familiar nas zonas rurais;
- Fortalecer as relações entre a Igreja e o Ministério da Saúde relativamente aos serviços de planeamento familiar nas comunidades;

- Tentar criar um conselho de conselheiros profissionais para o planeamento familiar e para o HIV/SIDA bem como para jovens para evitar gravidezes não planeadas;
- Aumentar o perfil da nutrição com uma política forte, aconselhamento bem como a educação e a mobilização social ao nível da comunidade;

Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Juventude e Desportos:

- Delinear um curriculum para educação sexual e saúde reprodutiva para adolescentes nas escolas;
- Estabelecer uma política para garantir a continuidade dos estudos das jovens depois do parto;
- Melhorar os programas nutricionais das escolas em colaboração com os princípios-chave defendidos por peritos da área;
- Colaborar com a Igreja e outras instituições para a elaboração do curriculum para a educação sexual nas escolas e estabelecer em que ano essa disciplina deve começar a ser ensinada.

Ministério da Solidariedade Social:

- Garantir o estabelecimento de centros de apoio às vítimas de violência doméstica e de abusos sexuais e traumas;
- Continuar o Programa “Bolsa da Mãe” com mecanismos de avaliação e de monitorização;
- Continuar o apoio às instituições de apoio à criança existentes, como orfanatos, internatos e centros de saúde;
- Continuar o trabalho com os parceiros para prevenir o tráfico humano.

Ministério da Justiça:

- Garantir assistência no processamento de casos de abandono de esposas e crianças por parte do pai;

Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade:

- Estabelecer pontos focais para assuntos de género em todos os Ministérios encarregues de implementar distribuição com base no género.

Parlamento:

- Aprovar um orçamento que permita completar o processo multi-funcional em todos os sub-Distritos;

- Esboçar uma lei que regulamente as relações de trabalho entre o sector da saúde, a Igreja e as agências internacionais que trabalham na área do planeamento familiar e da contraceção;
- Criar uma lei para o casamento com o estabelecimento de uma idade mínima para homem e mulher;
- Criar leis que proíbam a circulação de pornografia;
- Criar uma lei para licença de maternidade e paternidade.

Recomendações para a PNTL, Igreja, Sociedade Civil e Comunidades

PNTL

- Tomar medidas legais relativamente à pornografia, filmes pornográficos e álcool que têm impacto negativo na comunidade.

Sociedade Civil

- Oferecer formação em Planeamento Familiar, com o apoio das ONG's;
- Trabalhar com o Governo para tornar disponíveis todos os métodos de planeamento familiar;
- MarieStopes deve continuar a oferecer formação e educação em Planeamento Familiar ao nível das aldeias;
- A Fundação Alola deve garantir a educação sexual das mulheres de áreas rurais;
- Estabelecer ou expandir os programas de aconselhamento de jovens sobre planeamento familiar e questões relacionadas com o HIV ao nível das comunidades;
- Oferecer um programa para educar e melhorar a própria saúde reprodutiva dos homens;
- Reforçar o envolvimento do pai nos programas relacionados com o nascimento da criança;
- Disponibilizar educação sexual e reprodutiva para os jovens na comunidade;
- Disponibilizar educação parental ao nível da comunidade

Igreja:

- Fortalecer a partilha de informação através de encontros regulares com o Conselho Pastoral;
- Garantir educação cívica à comunidade;
- Garantir uma educação parental eficaz às esposas quando se casam;
- Continuar a divulgar informação em relação ao método natural de planeamento familiar;
- Colaborar de perto com o Ministério da Saúde sobre o programa de Planeamento Familiar e nas estratégias de prevenção do MOH HIV;
- Colaborar de perto com o Ministério da Educação em relação à introdução da Educação Sexual nos currícula escolares;
- Defender de forma sólida a saúde de homens e mulheres.

Comunidade:

- Estar completamente envolvida e participar nas actividades, especialmente com jovens e ter em consideração incentivos não-financeiros para a participação dos jovens;

- Espalhar informação através do chefe de suco, chefe de aldeia, conselhos de suco, administradores e voluntários;
- Colaborar com todas as Instituições;
- Envolver as autoridades locais e os catequistas que trabalham nas capelas dos bairros;
- Trabalhar com as autoridades locais e os parceiros para levar a cabo programas de raiz;
- Evitar que as crianças vejam filmes inapropriados;
- Reduzir a influência dos dotes e reduzir os casamentos arranjados

2. HIV/SIDA

O GMPTL fortaleceu o seu conhecimento com base no género relacionando-o com outros assuntos, nomeadamente com o HIV/SIDA. A este respeito, em relação à consciência do HIV/SIDA, organizou com os parlamentares campanhas de prevenção nos distritos de Díli, Baucau, Maliana e Oe-Cusse, distritos estes que estão identificados como sendo os que apresentam o maior número de infectados com o HIV/SIDA. Com o apoio do GRC, o Parlamento partilhou informação sobre medidas preventivas em conjunto com a Comissão Nacional da Luta contra a Sida e com o Ministério da Saúde.

Estas actividades foram conduzidas em 4 liceus de Díli e continuaram em 3 outros distritos, incluindo também a Universidade Nacional de Timor-Leste. Durante o primeiro quarto, o GMPTL conduziu uma actividade de desenvolvimento de capacidades com o objectivo de aumentar nos Deputados a consciência em relação a assuntos relacionados com o género. A este respeito, o GRC organizou uma Mesa Redonda em que estiveram presentes algumas representantes do GMPTL, a Comissão Nacional da Luta Contra a Sida e a Igreja Católica com o objectivo de consolidar o conhecimento dos participantes sobre o impacto social, económico e cultural e a estigmatização das mulheres que vivem com o HIV e com Sida.

A 27 de Maio de 2011, a Presidente do GMPTL discursou no seminário sobre Género, HIV/SIDA e Desenvolvimento organizado pela Comissão Nacional da Luta Contra a Sida no Centro Juvenil em Díli.

3. Capacitação

- O Grupo das Mulheres Parlamentares de Timor-Leste (GMPTL) integrou a delegação da Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade na segunda reunião ministerial "Mulheres na Política e HIV/SIDA", em Lisboa, Portugal.
- GMPTL participaram como oradoras no seminário das Mulheres Parlamentares da CPLP sobre HIV/SIDA em São Tomé e Príncipe, em 2010.
- GMPTL também participou numa formação, Género e Política para a região Ásia-Pacífico, organizado pelo Fórum Ásia-Pacífico sobre Mulheres, Direito e Desenvolvimento (APWLD), em Kuala-Lumpur, Malásia.

- GMPTL participaram no Fórum sobre Governação Democrática: Constitucionalismo, Parlamento e o papel das Comissões na Juventude e no Envolvimento da Comunidade, em Maliana, organizado pela unidade de apoio à governação democrática –UNMIT.
- GMPTL participou no encontro sobre o Impacto dos Estudos 10 anos depois da Resolução 1325 (2000) relacionada com as mulheres, manutenção da paz e segurança, organizada pela UNMIT.
- GMPTL foi convidado pela AECID (Agência de cooperação espanhola) para discursar sobre as actividades /o trabalho do GMPTL durante o seminário por ocasião do dia do trabalhador da Ajuda Espanhola.
- GMPTL participaram num seminário sobre *Alcançar MDG3 até 2015 –Medidas especiais de ajuda serão úteis?*, em PhnomPenh, Camboja.
- GMPTL participou num seminário sobre “Advocacia nos Direitos das vítimas de violência doméstica e sexual”, organizado pela Rede das Mulheres (REDE FETO), em Díli.
- Em cooperação com a UNFPA, o GRC disponibilizou apoio técnico e financeiro para os representantes do GMPTL participarem na 8.ª Conferência Regional de Mulheres Parlamentares e Ministras sobre Jovens mulheres e raparigas, “ Aumentar o apoio parlamentar para monitorizar a igualdade de género” que decorreu em Jacarta.
- GMPTL participou no encontro de coordenação dos Ministérios-chave para a Implementação da lei da violência doméstica. Esta actividade serviu para garantir a continuação da socialização e implementação da Lei da violência doméstica para os Ministérios-chave e para os parceiros relevantes.
- GMPTL participaram num fórum sobre a Governação Democrática no Hotel Timor, em Díli a 14 de Abril de 2011. O tema deste fórum dói “ Constitucionalismo, o papel do Parlamento e das Comissões: Mulheres no Parlamento”. A cada Deputada foi pedido que apresentasse a sua perspectiva sobre o assunto em discussão e sobre as questões que surgissem durante a mesma.
- GMPTL, discursou num seminário organizado pela Faculdade de Agricultura, com o tema “Implementação da diferenciação do Género na área da agricultura em Timor-Leste”.
- GMPTL em colaboração com o grupo de trabalho sobre a Lei do tráfico humano, organizado pela Fundação Alola foi apresentado um esboço das questões relacionadas com a Lei do tráfico humano. Esta apresentação e discussão contribuíram para melhorar a consciência e a compreensão de assuntos relevantes na Lei do tráfico humano, incluindo a partilha dos pontos de vista sobre essa lei para Timor-Leste.
- GMPTL, a Comissão E e o Governo (Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade) levou a cabo o seu normal Encontro Semestral. Esse encontro pretendeu fazer uma actualização sobre o Género e o programa relacionado com o Género para 2011 e perceber a possibilidade de cooperação em algumas actividades no futuro.
- GMPTL discursou num seminário sobre HIV/SIDA e Desenvolvimento organizado pela Comissão Nacional de Luta contra a Sida no Centro Juvenil, em Díli.

- GMPTL participaram num encontro com a Associação Mãe Contra Violência (AMKV). O encontro pretendia fortalecer a rede de trabalho e fazer uma actualização dos programas e actividades levadas a cabo e o seu papel / a sua função esperando também ser possível cooperar no futuro em algumas actividades.

4. Desempenho e combate das mudanças climáticas

Incentivar os Parlamentos e os Governos a melhorar os programas e o seu desempenho no combate das mudanças climáticas. Nesta área estamos no início da legislação mas entretanto uma resolução foi aprovada pelo Parlamento Nacional, que recomenda ao Governo a adopção de medidas para a redução do consumo de sacos de plástico e incentivo a reciclagem.

5. Promover novas oportunidades/construir redes

O GMPTL apresentou uma proposta para alterar um dos artigos da lei eleitoral (artigo 12, ponto 3: em cada 4 candidatos (antes 5), pelo menos o terceiro candidato apontado pelos partidos políticos terá de ser uma mulher (tanto nas eleições nacionais, como locais)), para aumentar o número de mulheres nas próximas eleições e nas consequentes tomadas de decisão.

A proposta foi assinada pela maioria dos membros do GMPTL e por outros Deputados e recebeu a maioria dos votos dos deputados durante a sua apresentação e votação em plenário. Esta aprovação garante 30% dos lugares para mulheres.

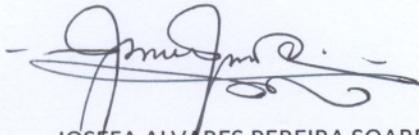
Uma rede efectiva continua a ser desenvolvida com outros parceiros de instituições académicas e ONG's para que seja possível a recolha e a divulgação de dados sensíveis a questões de Género e para prosseguir a pesquisa na área no Parlamento, nomeadamente:

- A 9 de Setembro, a Presidente do GMPTL foi entrevistada pelo Assessor Sénior para o Género, UNMIT, sobre o impacto do 10.º aniversário da Implementação da Resolução 1325: Mulheres, Paz, Segurança e Construção da Paz. O GRC disponibilizou alguma informação sobre os assuntos discutidos.
- A 13 de Setembro, a Presidente do GMPTL foi entrevistada por um Doutor da Universidade de ULSTER, Irlanda do Norte, sobre violência doméstica em Timor-Leste e sobre a Lei da Violência Doméstica.

A Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da CPLP, continuar a trabalhar de forma dinâmica, para que os nossos objectivos possam ser concretizados.

Díli, 13 de Julho de 2011

Presidente da RMP – TL



JOSEFA ALVARES PEREIRA SOARES